

Os projectos disto e projectos daquilo

Segundo o Ministério da Educação (Boletim dos Professores, nº 107), os Projectos Curriculares de Turma (PCT) devem começar a ser preparados na constituição das turmas analisando-se o percurso escolar de cada aluno devendo resultar num diagnóstico com as dificuldades encontradas. Posteriormente os Conselhos de Turma (CT) elaborarão os respectivos PCT onde deverão incluir, além da caracterização da turma (esta é fácil), as estratégias de remediação dessas dificuldades. Ressalta logo aqui a retórica do discurso perante a impossibilidade da equipa fazedora de turmas (no ano anterior ao que se deverá referir o PCT) apresentar tais diagnósticos assentes em critérios sólidos. Surge depois outro constrangimento: é que os Conselhos de Turma (CT) não reúnem mais do que quatro ou cinco vezes por ano, sendo três desses encontros reservados para as avaliações. Perguntar-se-á então: como se cria e implementa o PCT? Se se conseguir criar, não serão necessárias mais horas lectivas para se poder desenvolver, ou seja, levar a efeito as medidas de "salvação"? E o "projecto curricular nacional" (entenda-se como contendo os conteúdos programáticos necessários para aquisição de conhecimentos tendo em vista os exames nacionais) onde fica (Teodoro, 2006)? Resumindo: primeiro elabora-se o Projecto Curricular de Escola (PCE) adaptando-se o currículo nacional à região (ou seja, primeiro esquecimento que os alunos têm exames nacionais), depois cria-se o PCT adaptando-se o PCE à turma (ou seja, segunda distração dos exames nacionais). Surgem assim as discrepâncias entre as classificações de frequência e exames acrescentando-se ainda o peso que a componente sócio-afetiva tem durante as aulas e que não é contemplada nas provas finais.

Falta ainda (para já, pois estão a preparar-se para outros nomes sonantes de Projectos) o Projecto Educativo de Escola (PEE) que não serve comprovadamente para (quase) nada. Reflecte-se na quantidade de professores e, provavelmente, "todos" os encarregados de educação que nunca o leram (Ricardo, 2006), no número de Escolas que não o possuem adequadamente segundo as regras de elaboração, implementação e avaliação (principalmente as privadas onde, paradoxalmente ou não, conseguem obter mais sucesso) e, ainda, no facto de ser elaborado sobre um conceito que actualmente não existe, ou então, se existe, os seus pretendos integrantes não se revêem como seus elementos que é o da "comunidade educativa".

Bibliografia referenciada

Revista O Boletim dos Professores (Nº 107) - Estabilidade Do Corpo Docente Permite Constituição de Equipas Pedagógicas (p. 2-3). Lisboa: Ministério da Educação, Setembro-2007
RICARDO, Luís - A Participação Obrigatória na Escola ? Perspectiva do Professor Não-efectivo. Porto: Universidade Portucalense (diss. mestrado policopiada), 2006
TEODORO, António ? Professores, para quê? Mudanças e Desafios na Profissão Docente. Porto: Profedições, 2006